



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO 13.724/19**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Instituto de Previdência e Assistência Social Municipal de Cajazeiras PB**, Sr **Armando Viana Leite**, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais, a Sra **Maria Tereza da Silva**, matrícula 5942, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Políticas Públicas, que contava, à época do ato, com 11.061 anos dias de tempo de serviço e idade de 60 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. em exercício - Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC 13.724/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Sra Maria Tereza da Silva*

Órgão: **Instituto de Previdência e Assistência Social Municipal de Cajazeiras PB**

Gestor Responsável: **Armando Viana Leite**

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1.614 /2019

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 13.724/19** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais, a *Maria Tereza da Silva*, matrícula 5942, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Políticas Públicas, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 29 de agosto de 2019.**

Assinado 30 de Agosto de 2019 às 09:42



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 29 de Agosto de 2019 às 16:02



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 29 de Agosto de 2019 às 17:02



**Marcílio Toscano Franca Filho**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO